



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VIII, ARARUNA
CENTRO DE CIENCIAS TECNOLOGICA E SAUDE
LICENCIATURA EM CIENCAS DA NATUREZA

KALIGIA KEYLLA DE AGUIAR PEREIRA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO
PAPEL ATRIBUÍDO À TEMÁTICA NOS PCN'S**

Araruna
2016

KALIGIA KEYLLA DE AGUIAR PEREIRA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO
PAPEL ATRIBUÍDO À TEMÁTICA NOS PCN'S**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Licenciatura em Ciências da Natureza da Universidade Estadual da Paraíba como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Ciências da Natureza. Orientadora: Dra. Alessandra Gomes Brandão

Araruna
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P436e Pereira, Kaligia Keylla de Aguiar
Educação ambiental: Uma análise do papel atribuído à
temática nos Pcn's [manuscrito] / Kaligia Keylla de Aguiar
Pereira. - 2016.
24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em CIÊNCIAS
DA NATUREZA) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Tecnologia e Saúde, 2016.

"Orientação: Profª. Drª. Alessandra Gomes Brandão,
Departamento de Ciências da Natureza".

1. Educação Ambiental .2. Pcn's .3. Análise I. Título.


21. ed. CDD 372.357

KALÍGIA KEYLLA DE AGUIAR PEREIRA

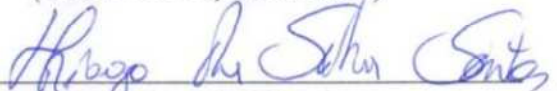
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO
PAPEL ATRIBUÍDO À TEMÁTICA NOS PCN'S

Aprovada em: 12/11/2016.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alessandra Gomes Brandão
(UEPB/ CCTS, Orientador)



Prof. Me. Tiago da Silva Santos
(UEPB/ CCTS)



Prof. Me. Alecia Lucélia Gomes Pereira Medeiros
(UEPB/ CCTS)

Eu sou aquela mulher
a quem o tempo muito
ensinou”. *Cora Coralina* –
Ofertas de Aninha

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que em silêncio me conduz seus ensinamentos e sabedoria. A minha mãe, minha amiga e confidente, aos meus irmãos pela paciência e carinho em momentos de angústia. Profa. Dra. Alessandra Gomes Brandão pelo suporte, carinho e dedicação ao longo desse trabalho. Aos colegas e amigos de Curso que foram meus motivadores para esta caminhada entupida de recomeços.

SUMÁRIO

RESUMO	8
1.INTRODUÇÃO	8
2.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	9
3.UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	10
4.A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS PRÁTICAS	13
5.PROPOSTA DE ANÁLISE	16
5.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ELEMENTO DE TRANSFORMAÇÃO.....	16
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERENCIAS	24

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de verificar a contribuição dada pelo PCN's (Meio Ambiente) para da Educação Ambiental nessas décadas, análise feita a partir de um recorte do documento intitulado "A Educação como elemento indispensável para a transformação da consciência ambiental". Para isso, apresentamos um histórico sobre o nascedouro da temática ambiental, assim como da Educação Ambiental como instância capaz de formar um cidadão apto para enfrentar a temática, culminando com uma apresentação das vertentes da Educação Ambiental Conservadora e Educação Ambiental Crítica. O aporte metodológico utilizado para analisar o recorte do referido documento é a Análise do Conteúdo (BARDIN, 2006), cuja proposta é analisar o discurso declarado de atores sociais. O resultado da análise demonstra que apesar de apresentar em alguns pontos uma postura crítica, o recorte analisado defende princípios da Educação Ambiental Conservadora.

Palavras - chaves: Educação Ambiental. Educação Conservadora. Educação Crítica

1. INTRODUÇÃO

A temática ambiental tem sido amplamente discutida nas últimas décadas, indicando que há uma equivocada relação do homem natureza. Essa discussão tem origem na década de 1960, a partir de uma cenário sócio-político-econômico, que articula pressões internacionais como movimentos de contracultura; acidentes ambientais de grande complexidade; crises no preço do petróleo; (BRANDÃO, 2007, 2013, REBOUÇAS, 2012).

Neste contexto, a Educação passa a receber uma adjetivação (LIMA, 2008), uma vez que o entendimento dos diversos autores sociais que discute a temática, apontam que a mesma é a instância capaz de formar um cidadão apto a lidar de forma saudável com o meio natural. Esta compreensão data da primeira Conferência Ambiental, em 1972, na Suécia, se mantendo, tendo como ponto culminante, no Brasil, sua na entrada nos PCN's, em 1997.

¹ Kalígia Keylla de Aguiar Pereira Licenciatura em Ciências da Natureza na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.

Os trabalhos que analisam a Educação Ambiental demonstram que neste percurso, para além da constatação que foram realizadas uma grande diversidade de experiências, é possível identificar diversas vertentes ideológicas que nortearam a Educação Ambiental, especialmente no Brasil.

Na atualidade, é comum que esses mesmos autores concentram diversos vertentes em duas grandes linhas: Educação Ambiental Conservadora e Educação Ambiental Crítica. (LIMA,2008); (CARVALHO,2007); (REBOUÇAS,2012); (LAYERGUES; LIMA, 2011). A primeira, que é hegemônica, está baseada nas ciências naturais e, conseqüentemente, na preservação dos recursos naturais. A segunda, crítica, leva em consideração a complexidade da temática, reconhecendo que não é possível avaliar e enfrentar a problemática sem compreender que as decisões políticas antecedem a problemática, não sendo possível separar o social do natural;

Este artigo é um recorte de um estudo mais amplo sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) - Meio Ambiente. Nele, apresentamos os resultados de uma análise do recorte dos PCN's intitulado "A Educação como elemento indispensável para a transformação da consciência ambiental", com intuito de analisar a contribuição dos PCN's sobre a temática. Para isso, utilizamos os aportes metodológicos da Análise do Discurso de Bardin (2006), que será apresentado na seção específica.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste artigo, trabalhamos com aportes metodológicos na Análise de Conteúdo, que é uma técnica de análise de textos (escrito ou falado), que visa pesquisar conteúdos declarados de atores sociais, segundo Bardin (2006) ao discorrer sobre a referida técnica, mostra sua potencialidade para penetrar nos conteúdos declarados de textos, fazendo emergir sentidos e posicionamentos nem sempre percebidos.

Para a autora em questão, para percorrer um caminho maduro que atenda essa empreitada, há necessidade de se respeitar as três fases que podem levar a um resultado satisfatório na análise:

(1) Pré-análise, que tem como objetivo esgotar a comunicação, de forma a compreendê-lo em sua totalidade. Nesta fase, procura deixar clara a intencionalidade do

texto pesquisado. A pesquisa em questão faz parte de um conjunto de análise de textos do PCN'S (Meio Ambiente). O presente artigo integra uma pesquisa mais ampla com todo conteúdo dos PCN's, sendo assim, podemos dizer que a Pré-Análise foi realizada ao se analisar e definir o documento como objeto de análise.

(2) Exploração do Material. A segunda fase, segundo a autora, é muito importante para fazer esse tipo de estudo, já que possibilita o incremento das interpretações e inferência, assim como a codificação, a classificação e a categorização. Nesta fase, fizemos a Exploração do Material, definindo as categorias a serem utilizadas (Educação Ambiental Conservadora e Educação Ambiental Crítica), assim como identificando “as portas de entrada” para inferências possíveis ao texto.

(3) Tratamento dos resultados. O tratamento dos resultados, terceira fase, diz respeito à culminância da pesquisa com suposição e documental. É nesta fase final que o pesquisador destaca a importância de sua análise, em que buscará apresentar seus resultados de forma reflexiva e crítica. Nessa fase, realizamos o enquadramento nos princípios conservadores ou críticos da Educação Ambiental, com suporte em Lima (2008), tentando mostrar o significado dos resultados.

3. UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

A Educação Ambiental surge no contexto de uma crise do meio ambiente, reconhecida nas últimas décadas do século XX, em que a educação vai ser proposta como necessária para formar um ser humano que adote uma visão de mundo e uma prática social capazes de minimizar os impactos ambientais (LAYRARGUES; LIMA, 2011).

O reconhecimento dessa crise, que vai culminar com a realização das conhecidas conferências mundiais sobre meio ambiente, acontece em um contexto sócio-político-econômico que articula diversas pressões em nível internacional (LIMA, 2008; REBOUÇAS, 2012; BRANDÃO, 2013).

Os autores citados expressam alguns componentes dessa pressão internacional: (1) o movimento de contra cultura (hippies), que protestava a perigosa intervenção humana na natureza, assim como os avanços da ciência e seus desdobramentos como as bombas enviadas às cidades de Hiroshima e Nagasaki, na Segunda Guerra Mundial; (2) os acidentes ambientais em diversas partes do mundo, entre eles, o derramamento de

mercúrio na bacia de Minemata, no Japão, que matou milhares de pessoas e deixou outras tantas com sequelas severas; (3) diversas crises em relação ao Petróleo, inclusive com a criação da OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo), que passou a regular o preço conforme os interesses dos produtores; (4) a repercussão do livro da jornalista e bióloga Rachel Carlson, Primavera Silenciosa, que denunciava as consequências do uso de pesticidas na plantações americanas.

Nesse contexto de pressões internacionais, a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) começa a articular a realização de uma grande reunião - cuja primeira acontece em 1972, Conferência sobre Meio Ambiente - em Estocolmo, na Suécia - para discutir assuntos ambientais. A principal ideia defendida naquela reunião é de que havia uma equivocada relação homem/natureza que estaria levando o planeta a sofrer uma pressão maior que o suportável (BRANDÃO, 2007). Para confirmar tal compreensão, foi apresentado o relatório Limites do Crescimento, que como o próprio nome sugere, mostrava a necessidade de limitar o crescimento em diversos aspectos, inclusive econômico e populacional, tendo em vista os limites do planeta.

Segundo Herculano (2003), o Brasil foi um dos países que não aceitaram a ideia “zerista”, como ficou conhecido o relatório, liderando outras dezenas de países subdesenvolvidos que protestaram quanto ao impedimento do crescimento econômico tão desejado. Esse parece, no entanto, ter sido um dos motivos que colocou o Brasil na rota das grandes conferências ambientais, uma vez que é o único país que sediou duas conferências mundiais: ECO92 e Rio +20.

Boa parte dos analistas dessa temática afirmam que as principais consequências da Conferência de Estocolmo, além da criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e Carta de Estocolmo, que apresenta princípios para uma relação saudável com o meio natural, foi o reconhecimento da necessidade do envolvimento particular da Educação com a temática ambiental (LIMA, 2008; REBOUÇAS, 2012; LAYERGUES, LIMA, 2011).

Diante disso, diversas outras conferências passam a ser realizadas, inclusive a de Tbilisi, em 1977, responsável por estruturar uma Educação, que seja agora, Ambiental. A conferência internacional definiu o objetivo de inserir uma prática educativa na mudança de atitude do processo interdisciplinar na educação formal e informal. (REBOUÇAS, 2012). O documento incorpora a necessidade de políticas educativas voltadas para o meio ambiente no ensino, como; práticas docentes e programas de

formação de estudo, das ciências do ambiente e da Educação Ambiental (TBLISI, 1977).

Após dez anos dessa reunião, a *Conferência de Moscou* - Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente - tem a incumbência de reafirmar a importância para novos hábitos, reforçando que a Educação Ambiental tinha o objetivo de provocar modificações de comportamento, construir valores cognitivos, estratégias de resoluções de conflitos (REBOUÇAS, 2012).

Vinte anos após Estocolmo, em 1992, aconteceu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, na cidade Rio de Janeiro, que discutiu os avanços e retrocessos da questão ambiental mundial. (REBOUÇAS, 2012) afirma que a temática da Educação Ambiental estava sendo pensada no contexto dos cinco acordos das reuniões :1) declaração do Rio de Janeiro sobre o meio ambiente e desenvolvimento; 2), agenda -21; 3), declaração de princípios sobre as florestas; 4) conversão sobre mudanças climáticas; 5) Conversão sobre a diversidade biológica.

Nesse cenário, o Brasil sediou um dos encontros mais importantes da década de 90, a Rio+ 92 ou Eco 92, tendo implantado políticas públicas voltadas para Educação Ambiental. A Constituição Federal, em 1988, no Art. 225 em seu texto passa a assegurar: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (CBF, 1988).

Finalmente, em 1997 foi realizada Conferências de Educação Ambiental de Thessaloniki, que teve objetivo de avaliar as ações desses encontros em EA, e reforça a importância da formação de professores e produção de material, um estímulo à prática e troca de experiências no conhecimento da Educação Ambiental. (LIMA, 2012)

A partir de 1997, as escolas brasileiras receberam orientações sobre todas as áreas trabalhadas no ensino, não obrigatórias, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Em seu bojo traz como função “orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros”, (PCN's p.13 1997).

O tema ambiental, no âmbito dos PCNS's, é proposto como tema transversal e interdisciplinar, em um reconhecimento do caráter complexo dessa temática, entendendo a educação como “instrumento privilegiado de humanização, socialização e direcionamento social” (LIMA,2012, p.82).

4. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS PRÁTICAS

Segundo Layrargues, Lima (2008), desde que a Educação tornou-se reconhecida como instância necessária ao enfrentamento da problemática ambiental, muitas experiências distintas foram sendo realizadas. Segundo os autores, ela surge nos anos 1980 muito voltada para a conservação dos recursos, passando a trazer novas concepções a partir dos anos 1990.

Porém, mais de 20 anos depois dessa nova concepção, cresce o número de trabalhos que buscam entender os tipos de educação ambiental que vem sendo praticada no Brasil. Segundo Carvalho (2004) e Sauv  (2005)   possível discutir concep es diferentes, ou dicot micas de Educa o Ambiental.

Para Layrargues (2004) a EA passa por um processo de resignificar os sentidos ideológicos necessários sobre diferentes posicionamentos político pedagógicos. Esse autor aponta dois aspectos diferentes da EA. O primeiro diz respeito   educa o no campo ambiental, que motivou um modelo tradicional do ensino. O segundo, com uma diversidade de nomenclatura, que resignificar o sentido identitário da educa o ambiental como: Alfabetiza o Ecológica, Ecopedagogia, ou Educa o Ambiental Crítica.

Para Layrargues e Lima (2011) “a forma o do campo da EA no Brasil   deveras complexo, cabendo diferentes contribui es de inúmeras áreas do conhecimento, como por exemplo, as políticas culturais, educacionais, social, econ micas ecológicas,  ticas e tecnológicas”. Isso significa que existem muitos caminhos possíveis de conceber e de realizar os meios e os fins da Educa o Ambiental (LAYRARGUES, 2011; LIMA, 2011).

Diversos autores, entre eles Guimarães (2007), Carvalho (2008), Lima (2013), Rebouças (2012), dissertam sobre duas grandes vertentes: Educa o Ambiental Conservadora (EA-Conservadora) e EA-Crítica (EA-Crítica).

A EA-Conservadora   entendida pelos autores como hegemônica. Para Guimarães (2007), a EA-Conservadora possui uma visão mecanicista e utilitarista da ciência, simplificando os fen menos complexos da realidade. Para o autor, a mesma não tem potencial de alcançar as mudanças necessárias para a supera o da atual crise socioambiental.

Outra característica da EA-Conservadora   sua liga o com os argumentos das ciências naturais, que utiliza as visões de *mundo biológico* Carvalho (2008) diz que

nessa vertente da EA, a visão do mundo hegemônica da crise e os problemas ambientais são compreendidos apenas como desequilíbrios biológicos.

Lima (2009, p.38), com essa visão dominante das ciências naturais, a AE-Conservadora não explora os aspectos político-sociais desse processo como “a natureza dos modelos de desenvolvimento econômico; os conflitos e interesses de classe que dão seus contornos; a abordagem ideológica da questão ambiental”.

Os autores consultados afirmam em seus trabalhos que a Educação Ambiental no país, tende a vertente conservadora, por meio de práticas docentes que concentram suas ações na mudança de comportamentais individuais, ligada ao âmbito doméstico, ou apolítico instrumental.

Por outro lado, resultados de pesquisas desses mesmos autores, mostram a existência nos últimos 20 anos de uma contra-corrente, que chama de Educação Ambiental-Crítica. Baseado em teoria social, educação crítica, ela estrutura para questionar a Educação Ambiental Conservadora (GUIMARÃES, 2007).

Para Layargues, Lima (2011), essa corrente é objetivada pelo aprofundamento da auto-reflexividade, tentando um significado, das práxis educativas de política pedagógica. Diante disso, exige uma prática reflexiva do indivíduo e da sociedade.

Dias e Bomfim (2013) afirma que a EA-Crítica entende que os problemas sociais e ambientais exploram a realidade concreta, sua origem e realiza ponderações desses problemas. Além disso, procura uma práxis capaz de transformar as consequências sociais, do sistema dominante, visando criticar o seus efeitos.

Para Guimarães (2007), a EA-Crítica pode apontar padrões para desvelar os conflitos entre as forças sociais contraditórias que disputam pela hegemonia, para oferecer uma visão complexa da realidade, de forma que os sujeitos sociais possam intervir e transformar suas realidades

Sendo assim, como indica Lima (2011), EA-Critica aponta para a necessidade de transformações nos padrões civilizatórios com o objetivo de emancipação social. Para o autor, o ensino é o caminho para esse padrão, uma vez que por meio da educação o indivíduo pode desenvolver uma ideologia com princípios sociais, filosóficos, históricos e culturais.

Para Lima (2009 p. 156), “a EA-crítica alimenta o desejo de uma renovação profunda de todo ambiente educativo a partir de seu sistema de ensino-aprendizagem”. A ruptura da postura da EA-conservadora no ensino fortalece o espaço intra-escolar,

permite reflexões socioambientais, pertinentes para o processo interdisciplinar educativo.

O prosseguimento da EA-crítica no país é um ato de transformação busca diferentes concepções fomentando ideias democráticas emancipatórias intencionalmente críticas aplicadas à educação. Sendo assim Lima (2009) aponta uma “natureza democrática, participativa e inclusiva, cabe explorar não apenas o diálogo interno ao ambiente pedagógico como também sua relação com a vida comunitária”.

Apresentamos a Tabela 01, baseado em (Lima, 2008), que demonstra os princípios de uma EA-Conservadora e uma EA-Crítica, que utilizaremos como suporte para analisar.

Princípios da Educação Ambiental Conservadora e Crítica	
EA CONSERVADORA	EA CRÍTICA
1. Baseia-se numa visão fragmentada da problemática ambiental	1. Uma visão complexa e multidimensional da questão ambiental
2. Uma compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental	2. Uma defesa do amplo desenvolvimento e possibilidades das formas humanas e não humanas
3. Uma tendência a valorizar as soluções tecnológicas para o problema	3. Uma atitude crítica antes a crise civilizatória
4. Uma leitura individualista e comportamentalista	4. Uma politização e publicização dos problemas ambientais
5. Uma abordagem despolitizada da temática ambiental	5. Sem negar os argumentos técnico-científico, subordiná-los a uma orientação ética do conhecimento, meios e fins
6. Uma baixa incorporação de princípios e práticas interdisciplinares	6. Um entendimento da democracia para como pré-requisito fundamental para a construção de uma sustentabilidade plural

7. Uma ausente ou limitada perspectiva crítica	7.Considera o tipo de organização das sociedades modernas na forma de produzir e consumir como causadora do problema
8. Ressalta mais os problemas relacionados ao consumo do que a produção	8.Cuidado em estimular o diálogo entre as ciências e as múltiplas dimensões da realidade, tratando para não separar as questões sociais das naturais
9. Uma separação dos problemas naturais dos sociais	9.Busca a transformação e emancipação da sociedade
10. Atribuição dos problemas ao homem, um ser genérico, sem contextualizá-lo política e economicamente	10.Uma vocação transformadora dos valores e práticas contrárias ao bem estar público
11. Uma banalização da noção de cidadania, que na prática assume uma concepção liberal, passiva e tutelada	

Fonte adaptada de Lima (2008)

5. PROPOSTA DE ANÁLISE

5.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ELEMENTO DE TRANSFORMAÇÃO

Com já enfatizado anteriormente, nosso objeto de análise neste artigo é a seção dos PNC's-Meio Ambiente que trata da “A educação como elemento indispensável para a transformação da consciência ambiental”, apresentado nas páginas 180 a 181 do documento.

Conforme nossas opções metodológicas também já discutidas, vamos decompor a unidade de análise em partes menores, que chamamos de trechos. Os referidos trechos respeitam os parágrafos, aqui entendidos como unidades de sentido autônomas.

Na Tabela 01, apresentamos o texto disponibilizado pelos PCN's a respeito dessa temática. O mesmo foi decomposto em 06 trechos que serão apresentados e analisados a seguir, buscando analisar seu enquadramento nos princípios conservadores ou críticos da Educação Ambiental.

“A EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO INDISPENSÁVEL
PARA A TRANSFORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL”

Trecho 01	Uma das principais conclusões e proposições assumidas em reuniões internacionais é a recomendação de investir numa mudança de mentalidade, <i>conscientizando os grupos humanos</i> da necessidade de <i>adotar novos pontos de vista e novas posturas</i> diante dos dilemas e das constatações feitas nessas reuniões.
Trecho 02	Por ocasião da Conferência Internacional Rio/92, cidadãos representando instituições de mais de 170 países assinaram tratados nos quais se reconhece o papel central da educação para a “construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado”, <i>o que requer “responsabilidade individual e coletiva</i> em níveis local, nacional e planetário”. E é isso o que se espera da Educação Ambiental no Brasil, assumida como obrigação nacional pela Constituição promulgada em 1988.
Trecho 03	“Todas as recomendações, decisões e tratados internacionais sobre o tema evidenciam a importância atribuída por lideranças de todo o mundo para a <i>Educação Ambiental como meio indispensável para conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade/natureza</i> e soluções para os problemas ambientais. Evidentemente, a educação sozinha não é suficiente para mudar os rumos do planeta, mas certamente é condição necessária para isso”.
Trecho 04	“Nesse contexto fica evidente a importância de educar os brasileiros para que <i>ajam de modo responsável e com sensibilidade</i> , conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro; saibam exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda a comunidade, tanto local como

	internacional; e se <i>modifiquem tanto interiormente, como pessoas, quanto nas suas relações com o ambiente.</i>
Trecho 05	“A preocupação em relacionar a educação com a vida do aluno — seu meio, sua comunidade — não é novidade. Ela vem crescendo especialmente desde a década de 60 no Brasil. Exemplo disso são <i>atividades como os “estudos do meio”</i> . Porém, a partir da década de 70, com o crescimento dos movimentos ambientalistas, passou-se a adotar explicitamente a expressão “Educação Ambiental” para qualificar iniciativas de universidades, escolas, instituições governamentais e não-governamentais por meio das quais se busca conscientizar setores da sociedade para as questões ambientais. Um importante passo foi dado com a Constituição de 1988, quando a Educação Ambiental se tornou exigência a ser garantida pelos governos federal, estaduais e municipais (artigo 225, § 1o, VI)
Trecho 06	“Neste final de século, de acordo com o depoimento de vários especialistas que vêm participando de encontros nacionais e internacionais, o Brasil é considerado um dos países com maior variedade de experiências em Educação Ambiental, com iniciativas originais que, muitas vezes, se associam a intervenções na realidade local. Portanto, qualquer política nacional, regional ou local que se estabeleça deve levar em consideração essa riqueza de experiências, investir nela, e não inibi-la ou descaracterizar sua diversidade”.

Fonte: PCN’S

No Trecho 01, os PCN’s Meio Ambiente contextualizam sua defesa da educação como elemento indispensável para transformação da consciência, afirmando estar baseado nas recomendações das reuniões ambientais internacionais que defende a investida “(...) *na mudança de mentalidade, conscientizando os grupos humanos da necessidade de adotar novos pontos de vista...*”.

As expressões *Mudança de Mentalidade, conscientizando e grupos humanos* são significativos nesse trecho e merecem nossa análise. As três expressões, de forma

isolada, ou usadas conjuntamente, sugerem a ideia comportamental como a causa da problemática ambiental, em que um tipo de conscientização do culpado, ou seja, dos grupos humanos seria a solução para o problema.

O primeiro indício de que o trecho traz uma visão conservadora do papel da Educação Ambiental diz respeito à defesa da ideia de “investir na mudança de mentalidade”. Em outras seções do PCN’s (Apresentação e Conteúdos a serem tratados), também consultadas nesta pesquisa, percebemos que é utilizada não a expressão *mudança de mentalidade*, mas fala-se em *mudança de atitude*. Apesar de não haver nenhum esclarecimento dos seus significados no documento, é possível que haja uma relação direta entre as duas, uma vez que segunda parece ser um tipo de consequência da primeira. Contudo, a investida na mudança de mentalidade (e consequentemente de atitude) traz um pressuposto de que há um comportamento errado (dos grupos humanos), logo, recai em um dos princípios conservador apontado por (LIMA, 2008) “uma leitura comportamentalista da questão”.

Nessa leitura, há uma simplificação do problema ao se atribuir ao comportamento individual do sujeito a origem do problema, silenciando forma em que a sociedade está organizada para produzir e consumir, como dito em um dos princípios da EA-Crítica exposto na tabela. Ao se posicionar de forma conservadora, o documento defende ser necessário investir, apenas, na mudança de mentalidade. Sobre isso (LIMA, 2007) nos diz que a sociedade capitalista industrial cria o mito do consumo como sinônimo de bem-estar e meta prioritária do processo civilizatório, mas o problema ambiental é apresentado como problema apenas de comportamento, sem discutir as raízes mais profundas da crise.

A segunda questão diz respeito à ideia de conscientização, que a referida mudança de mentalidade traria. Para (LIMA, 2007), a consciência que se deve buscar na temática ambiental é “a compreensão de que a presente crise ecológica articula fenômenos naturais e sociais e, mais que isso, privilegiar as razões político-sociais da crise relativamente aos motivos biológicos e/ou técnicos”. (LIMA,2007, p. 02). Nessa compreensão, a sociedade entenderia que a degradação ambiental é, na verdade, consequência de um modelo de organização político-social e de desenvolvimento econômico, que estabelece prioridades e define o que a sociedade deve produzir, como deve produzir e como será distribuído o produto social.

O terceiro indício de uma EA-Conservadora está ligado à expressão *grupos humanos* - típica de áreas disciplinares como a biologia que sugere a ideia de uma

espécie única sem diferenças. Nesta única expressão percebe-se pelo menos outros dois princípios da EA-Conservadora. Primeiro sugere “uma baixa incorporação de princípio interdisciplinares, ou uma abordagem biologizada da questão.

A segunda pista permite acionar outro princípio da EA-Conservadora que “atribuição dos problemas ao homem, um ser genérico, sem contextualizá-lo política e economicamente. Sem esta contextualização o homem, parte desse grupo humano, é igual a todos os outros, devendo receber o mesmo tratamento que os demais homens, sendo necessário mudar apenas seu comportamento para mudar o mundo. Ao ser entendido como igual esse homem tanto produz como consome de forma igual.

No trecho 2 do documento, os PCN’s reforçam o reconhecimento do papel da educação, agora na conferência Rio/92, para a construção de um mundo socialmente justo ecologicamente e ecologicamente equilibrado, o que requer *responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetária*.

Mais uma vez, nos deteremos na frase destacada para focar a atenção da análise. O documento retoma a questão da responsabilidade, agora individual e coletiva e em vários níveis para que se construa um mundo justo e equilibrado. Como vemos, o trecho não faz nenhuma sugestão do que seria essa responsabilidade, bastando falar nela para que o assunto esteja compreendido.

Contudo, ao mencionar a responsabilidade necessária estar se falando da mesma coisa que antes. Ou seja, de uma mudança de mentalidade (atitude) ou comportamento, sempre ressaltado como solução para o problema ambiental.

Além disso, essa responsabilidade que deve acontecer nos níveis local, nacional e planetário coloca “esse aluno” numa situação de igualdade em todos esses espaços/níveis, se enquadrando no princípio conservador que faz “atribuição dos problemas ao homem, um ser genérico, sem contextualizá-lo política e economicamente”.

O trecho 03 reforça as decisões, recomendações e tratados internacionais que evidenciam a Educação Ambiental como meio indispensável para *criar e aplicar formar cada vez mais sustentáveis de interação sociedade/natureza*. Na sequência, o trecho traz uma ressalva de que a educação sozinha não é suficiente para mudar os rumos do planeta, porém se apresenta como condição necessária.

Se levarmos em consideração os princípios da EA-Critica proposto por Lima (2008), é possível perceber a defesa de que a Educação Ambiental tem grande potencial para auxiliar na temática ambiental, mas desde que amplie a forma de perceber a

questão. Contudo, ao defender que a Educação Ambiental é meio para criar e aplicar forma mais sustentáveis de interação com a sociedade/natureza é atribuir uma tarefa imensa e, porque não dizer ingênua, à mesma, uma vez que essa questão está ligada a uma estrutura bem maior que determina pela forma de produzir e consumir, inclusive, o tipo de relação com a natureza pela produção e consumo. Porém, se a melhoria nessa relação diz respeito apenas a não “jogar lixo na rua”, a mudança de atitude pode realmente contribuir.

O trecho 04 se refere a importância de centrar esforços na educação dos brasileiros para *ajam de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro*. O trecho vai além do ambiental, ao afirmar que se espera que *se modifiquem tanto anteriormente, como pessoas, quanto nas suas relações com o ambiente*.

De forma semelhante, os trechos propostos nessa seção dos PCN's vão conduzindo a temática como responsabilidade, sensibilidade dos alunos, cujo trabalho de conscientização vai permitir a conservação de um ambiente saudável no presente e futuro.

No trecho 05, defende-se que relacionar a educação com a vida do aluno é algo que se faz há muito tempo, apesar da aparente novidade da temática ambiental. Segundo o documento vem sendo realizado, no exemplo dado, pelas atividades como “estudos do meio”. Segundo o referido trecho, o crescimento dos movimentos ambientalistas, essas atividades passaram a adotar explicitamente a expressão “Educação Ambiental”.

Nesse trecho, fica mais evidente qual a concepção de Educação Ambiental contida nos PCN's. Para o documento norteador das práticas dos professores em todo Brasil, a Educação Ambiental é o que já se vinha realizando há muito tempo e se denominava de “Estudos do Meio”. Esses, por sua vez, são atividades realizados, principalmente pela biologia, visando associar conteúdos teóricos a atividades práticas no processo ensino-aprendizagem.

Percebe-se nesse posicionamento dos PCN's diversos princípios da EA-Conservadora, dos quais podemos destacar pelo menos quatro deles. Ao reduzir a Educação Ambiental ao equivalente ao chamado “estudos do meio”, o documento se enquadra numa “visão fragmentada da problemática ambiental”, uma vez que a mesma para ser bem compreendida necessita da compreensão ampla e não fragmentada da realidade.

Por outro lado, se enquadra numa “compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental”, ou seja, aquela cuja preocupação está voltada para a conservação dos recursos, entendendo a problemática como uma questão apenas ligada à natureza. Além desse, contém “uma ausente ou limitada perspectiva crítica”, uma vez que não enfoca seus múltiplos fatores. Por último, faz uma “separação dos problemas naturais dos sociais”, uma vez que a abordagem é biologizada (LIMA, 2008; RAMOS, 2003).

Finalmente, no trecho 06, enfatiza a diversidade das experiências brasileiras da Educação Ambiental, que ao se associarem a intervenções na realidade se apresenta como uma riqueza que deve ser incentivada.

Não dúvidas que as experiências brasileiras nessa área detém uma grande diversidade de enfoques, devendo ser estimuladas. Contudo, o que autores como WITT (2013) tem criticado em relação às mesmas diz respeito ao fato delas serem realizadas com fim em si mesmas. Ou seja, no lugar de uma atividade determinada (trilhas) ser realizada com intuito de ser porta de entrada para tratar de uma questão mais complexa, a própria atividade torna-se a finalidade. Com isso, perde-se a potencialidade que a mesma tem para auxiliar no tema.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar a contribuição dos PCN's, se Conservadora ou Crítica, no que se refere ao recorte “A Educação como elemento indispensável para a transformação da consciência ambiental” Para isso, resgatamos um pouco do histórico da crise ambiental planetário, que ao contrário do que é comumente propagado, foi desencadeado por uma série de pressões internacionais, mas que eclode como a necessidade de mudar a relação do homem com a natureza.

Além disso, discorreremos sobre a Educação Ambiental, que nasce com a missão de formar um cidadão capaz de enfrentar tal problemática. Contudo, as análises atuais demonstram a existência de uma EA-Conservadora e EA-Critica.

A tabela (01) com os princípios de ambas as vertentes, baseadas em (LIMA, 2008) demonstram que uma Educação Ambiental que contribuía com a temática ambiental necessita, entre tantos outros aspectos, levar em consideração as questões

sociais e naturais, assim como as formas históricas de produzir e consumir da sociedade e não apenas as mudanças de atitudes isoladas.

Na análise proposta, apesar do documento oferecer em diversos pontos uma postura crítica em relação à temática, em diversos outros foi possível identificar uma postura conservadora. Contudo, o fato de se basear nas conferências ambientais para basear os objetivos da Educação Ambiental, por si só já é um indicativo disso, uma vez que as mesmas sempre tiveram foco a conservação dos recursos, dado o entendimento da escassez dos mesmos.

Como foi apresentado na análise há uma insistência em termos como *mudança de mentalidade/atitude*, que simplifica a questão como uma questão de comportamento individual e não da forma em que a sociedade está organizada. *Além desses, expressões como grupos humanos* demonstram outra postura conservadora nos PCN's ao tratar ser o homem descontextualizado política e economicamente, sugerindo uma igualdade entre eles.

Diante disso, é possível dizer, mesmo sendo apenas um recorte do documento, que o mesmo traz indícios que nestas décadas incentivou uma postura conservadora, uma vez que as pistas encontradas estão relacionadas diretamente com as atitudes implementadas dentro da Educação Ambiental brasileira.

ABSTRACT

This Article has the objective check the contribution two PCN's Environment Education in those decades, analysis made from a clipping of the document entitled "Education as an indispensable element for the transformation of environmental awareness". For this, we present a history about the origin of the environmental theme, as well as Environmental Education as an entity capable of forming a citizen able to face the issue, culminating in a presentation of the aspects of Conservative Environmental Education and Critical Environmental Education. The methodological contribution used to analyze the cut of this document is the Content Analysis (BARDIN, 2006), whose proposal is to analyze the declared discourse of social actors. The result of the analysis demonstrates that although it presents in some points a critical stance, The analyzed analysis defends principles of Conservative Environmental Education.

Keywords: Environmental Education. Conservative Education. Critical Education

REFERENCIAS

BRASIL, Parâmetros **Curriculares Nacionais: Meio Ambiente. Secretarias de Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BRANDÃO, A.G. Divulgação Científica: Percepções sobre meio ambiente na ciência hoje. Dissertação de Mestrado. **Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente/UFAL**, 119p. Maceió - AL, 2007

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico** . 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL.**Constituição da República Federativa do Brasil**.5 de outubro de 1988.

Disponível em :

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao_Compilado.htm

Acesso, 13 Out. 2016.

DIAS, B.C.; BOMFIM, A.M. A “teoria do fazer” em **Educação Ambiental Crítica: uma reflexão construída em contraposição à Educação Ambiental Conservadora**. VIII Enpec. Anais. Campinas: Abrapec, 2011.

GUIMARÃES, M. A. **Formação de educadores ambientais**. Campinas, SP: Papirus (Coleção Papirus Educação) 171, 2007.

Herculano, S. **DO DESENVOLVIMENTO (IN)SUPPORTÁVEL À SOCIEDADE FELIZ** . Publicado no livro Ecologia, Ciência e Política, Mirian Goldenberg (coord.). Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. Ferreira . C. **Mapeando as Macro-Tendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental Contemporânea no Brasil** , VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental”, Ribeirão Preto, 2011.

LAYRARGUES, P. P. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: MMA. 2004.

LAYRARGUES, P. P.; Castro, Ronaldo de Souza. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania** . São Paulo: Cortez, 2008.

LAYRARGUES, P. P. Apresentação (**Re**) **conhecendo a educação ambiental brasileira** . In: Brasil . Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004.

LIMA, G. F. C. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: Formação, identidades e desafios**. Campinas, São Paulo: Papirus Editora, 2011. v. 700. 249 p.

LIMA, G. F. C. **Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis**. João Pessoa 2012.

Meio Ambiente e Desenvolvimento: Documentos Oficiais. Secretaria do Meio Ambiente – Coordenadoria de Educação Ambiental. São Paulo, 1993. <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Tbilisicompleto.pdf> .Acesso, 16. Out. 2016

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

REBOUÇAS, João Paulo Pereira. **Desafios da Educação Ambiental Emancipatória em Escolas Públicas**. Tese dissertação. João Pessoa, 2012.

SAUVÉ, L. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental**. In: Sato. M; Carvalho, M. C. I. Educação Ambiental. Porto Alegre: Artmed, 2005a, p. 17-44. Disponível em: <<http://www.ambiente.gov.ar/infoteca/ceae/descargas/sauve01.pdf> >. Acesso em: Outubro, 2016.

WITT, R. et. al. **Vivências em Educação Ambiental em unidades de conservação: caminhantes na trilha da mudança**. Revista PPGEA/FURGRS V.30,N.1., jun/jul/2013. p.83-101.